

A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL

A political participation in Brazil

Robert Bonifácio

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

✉ robertbonifacio@hotmail.com

Resumo: O artigo pesquisa a participação política no Brasil através da discussão de definições teóricas, identificação de tipos de participação e concessão de um panorama das atividades participativas. Usa-se como fonte de dados o Barômetro das Américas dos anos de 2006-07; 2008; e 2010.

Palavras-chave: participação; discussão política; associações; protesto.

Abstract: The paper researches the political participation in Brazil through the discussion of theoretical definitions, identification of types of participation and provision of an overview of participative activities. It is used as data source the Barometer of Americas from the years of 2006-07; 2008; and 2010.

Key words: participation, political discussion, associations, protest.

Introdução

A democracia é objeto recorrente nos estudos de ciência política, independente do enfoque que lhe é atribuído. Tal posição não é mera coincidência, a julgar as considerações de diversos autores sobre a sua relevância no ambiente político ao longo das últimas décadas. Para Pasquini (1990) e Moisés (1992), a democracia desbanca as revoluções socialistas como a grande personagem do século XX. Sen (1999) compartilha dessa visão, afirmando que a democracia foi o acontecimento mais importante do século passado. Até mesmo Wallerstein (2001), que guarda considerações pessimistas acerca do desenvolvimento da democracia, se indaga sobre como ela passou de uma aspiração revolucionária no século XIX a um *slogan*

adotado universalmente, mas vazio de conteúdo, no século XX. Esses apontamentos podem ser reforçados pela investigação de Huntington (1994), que identifica um movimento em direção a adoção de regimes políticos democráticos por dezenas de países entre meados e fins do referido século, o que ele dá o nome de “ondas de democratização”.

Grande quantidade de temas pode ser investigada quando se trata de democracia, mas este estudo apresenta um enfoque no que talvez seja sua dimensão mais ativa e prática: a participação política. Participar da política denota atuação em questões políticas em diferentes arenas, seja discutindo questões relacionadas com pessoas próximas ou através de ações públicas, visando influenciar ou chamar atenção dos políticos e governos para determinados problemas. Todas essas possibilidades de atuação levam ao entendimento de que quem participa apresenta postura mais ativa que os demais em relação a assuntos políticos.

O objetivo deste trabalho é lançar luzes sobre as atividades entendidas como participativas no cenário brasileiro. Pretende-se oferecer um panorama da frequência com que os brasileiros se engajam nessas atividades. Ademais, também é discutida uma definição para o termo e a distinção das atividades participativas em diversas dimensões. Para dar conta de todas essas questões, são utilizados *surveys* do “Barômetro das Américas”³ referentes aos anos de 2006-07, 2008 e 2010, cujas amostras têm representatividade nacional.

Definições e tipos de participação política

Definições do termo

³ Trata-se de uma série de pesquisas de opinião iniciada em meados da década de 1990 e que tem como foco os países da América Latina. O *Latin America Public Opinion Project* (LAPOP), órgão atualmente pertencente à Vanderbilt University (EUA), é o responsável pela realização da pesquisa. Mais detalhes em: www.lapopsurveys.org. Acesso em: 17/07/2012.

Por ser um termo popular no linguajar dos políticos, estudiosos e da população em geral, participação política é dotada de polissemia. Desse modo, a abordagem de problemas de pesquisa que envolva o termo sugere, como fase preliminar a qualquer tratamento empírico da questão, um tratamento conceitual. Johnson (2003) tece considerações a respeito, indicando que o acúmulo de conhecimento só traz benefícios para o avanço científico se tanto problemas empíricos quanto teóricos são enfrentados. A ideia é que a ênfase em geral dada à importância da empiria leva ao esquecimento dos problemas conceituais e isso causa sérios percalços ao acúmulo de conhecimento e avanço de uma área, uma vez que esses problemas torna implausível a assimilação adequada de resultados empíricos.

Fialho (2008) faz uma busca em dicionários de diversas línguas a fim de extrair um significado etimológico para a palavra “participação”. Chega à conclusão de que uma definição adequada é “tomar parte em alguma atividade”. Para definir “política”, rejeita a ideia de que seu significado está estreitamente atrelado ao Estado e suas instituições formalmente constituídas. Segue o argumento de Reis (1994), que considera que a definição mais adequada de política envolve toda situação de conflito potencial ou real que envolve, portanto, algum tipo de interação estratégica, independente do contexto concreto em que ocorram.

Levando em consideração os argumentos acima, participação política pode ser entendida como “tomar parte de alguma atividade de natureza conflitiva e que envolva interações estratégicas”. Algumas das principais obras de ciência política que exploram esse ramo de estudo trabalham com significados de participação política próximos a esse, mas diferenciam-se quanto aos tipos de atividades participativas vinculadas e aos objetivos que devem estar contidos nessas atividades.

Milbrath (1965), por exemplo, considera como atividades participativas somente aquelas envolvidas em processos e em decisões

eleitorais. Vai além, afirmando que a tendência é que a participação tenha caráter cumulativo, ou seja, aqueles que se engajam em um desses tipos de atividade tendem a também se engajarem em outras. Assim, confere um caráter unidimensional e cumulativo às atividades participativas. Já Verba, Schlozman e Brady (1995) compreendem ser participação política o canal onde os cidadãos transmitem a seus governos as informações sobre seus interesses e preferências, pressionando-os a atenderem suas demandas. Extrapolam as fronteiras das atividades eleitorais para exemplificar participação política, lançando luzes sob a atuação de grupos de interesse (organizações não governamentais, sindicatos, grupos de pressão, movimentos políticos, etc.) nos Estados Unidos da América. A principal tese que levantam é que a natureza dessa participação é desigual, com a efetividade das atividades sendo mais comum entre as pessoas com maiores condições socioeconômicas.

A definição de participação política concedida Huntington e Nelson (1976), por sua vez, incorpora um elemento finalista das atividades relacionadas. Para eles, participação política é uma atividade realizada por cidadãos com o objetivo de influenciar no processo de decisão governamental. Ou seja, além de considerarem uma vasta gama de atividades como participativas, eles enfocam que o objetivo delas precisa ser o de influenciar as decisões governamentais. O estudo de Booth e Seligson (1976) parte do diagnóstico de que os estudos sobre participação política recebem um tratamento muito estreito pelos cientistas sociais, focando largamente em elites (eleições, partidos e sindicatos) e violência (golpes militares e revoluções). Como resultado, tem-se apenas uma imagem parcial das faces das atividades políticas dos cidadãos. Focados na realidade latino-americana, os autores oferecem uma definição mais abrangente sobre participação política que, para eles, significa um comportamento que intenciona influenciar o sistema político, seja no nível nacional, regional ou

local. Nessa concepção, participação política vai além de atividades das elites, eleições e violência, incluindo comunicações sobre política e problemas locais e trabalho coletivo para resolver problemas não tratados pelos governos.

Em suma, observam-se semelhanças nas conceituações sobre participação política, mas divergências quanto aos tipos de atividades taxadas de participativas e os fins que elas almejam.

Os tipos de participação política

Uma breve visualização nos questionários dos *surveys* utilizados é suficiente para agrupar as diversas variáveis indicadoras de participação em subgrupos com alguma consistência lógica. Porém, para que se tenham agrupamentos de variáveis bem definidos, é necessário ir um passo além, fazendo suas validações estatísticas. O teste de análise fatorial⁴ é útil para isso e os resultados estão presentes na tabela 1⁵.

Cabe enfatizar que as variáveis referentes ao ato de votar foram excluídas da análise. Elas não são utilizadas porque no Brasil o voto é obrigatório, ao contrário dos Estados Unidos, país que concentra a maior parte de estudos sobre participação eleitoral. Portanto, o foco neste trabalho é em atividades participativas que transbordam a dinâmica da arena eleitoral.

Os resultados indicam distinção clara de agrupamentos de variáveis de três tipos: associativismo comunitário; contato com representantes políticos e funcionários de governo e discussão e associação política (tabela

⁴ O teste de análise fatorial é composto por um conjunto de várias técnicas estatísticas com o objetivo de prover descrições simples de inter-relacionamento, correlações e covariâncias entre as variáveis. Ele torna visível a observação de quais variáveis possuem significativas associações entre si e as organizam em fatores. Em cada fator, temos as variáveis mais associadas entre si e a intensidade dessa associação, que se mostrará forte, mediana ou fraca de acordo com a magnitude de sua carga estatística, geralmente compreendida entre -1 e 1 (KIM, MUELLER, 1978).

⁵ Por questão de economia de espaço, as variáveis não estão descritas neste trabalho, mas podem ser facilmente encontradas no seguinte site: www.lapopsurveys.org. Basta baixar os questionários referentes ao Brasil nos três anos selecionados e buscá-las pelos códigos indicados na tabela 1.

2). Atividades de protesto aparecem no teste nos anos de 2006 e 2008, sendo que no primeiro ano citado em conjunto com variáveis de discussão e associação política e em 2008 num fator isolado. Também é importante destacar que existe uma distinção entre as variáveis de contato direto com representantes políticos e funcionários de governo, que separa o contato a nível local e a nível estadual e federal. Ou seja, o acesso a representantes políticos e funcionários de governo local possui uma lógica diferente do contato a esses mesmo atores, mas a nível estadual e federal.

Por fim, cabe fazer um paralelo desses resultados com os encontrados por Booth e Seligson (2009) através da mesma base de dados, mas em ano distinto - 2004 – e em países diferentes - Costa Rica, Guatemala, México, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Panamá e Colômbia. Eles também encontram fatores constituídos por variáveis de associativismo local; contato com representantes e funcionários de governo local; ativismo partidário e campanha eleitoral; e participação em eleições.

Tabela 1- Análise fatorial de variáveis de participação - Brasil

	2006				2008				2010		
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3
Prot1	0,710	0,119	0,163	0,008	0,089	0,120	0,049	0,562	-	-	
Prot2	0,698	0,034	0,027	0,139	0,021	0,346	0,139	0,146	-	-	
Prot3	-	-	-	-	-	-	-	-	0,081	0,300	0,028
Cp5c	0,003	0,107	0,034	0,625	-	-	-	-	-	-	
Cp5d	0,182	0,037	0,087	0,614	-	-	-	-	-	-	
Cp5	-	-	-	-	0,106	0,183	0,662	0,236	0,028	0,521	0,085
Cp8	0,299	0,123	0,318	0,467	0,072	0,077	0,576	-0,053	0,056	0,510	0,070
Cp10	-	-	-	-	-0,031	0,428	0,375	-0,072	-	-	
Cp13	0,480	0,260	0,221	0,257	0,242	0,465	0,176	-0,013	0,069	0,373	0,125
Pp1	0,038	0,581	0,060	0,053	0,075	0,461	0,020	0,038	0,094	0,272	0,081
Pp3	0,267	0,830	0,203	0,087	-	-	-	-	-	-	
Pp4	0,261	0,710	0,225	0,156	-	-	-	-	-	-	
Pol2	0,468	0,245	-0,016	0,108	0,239	0,385	0,011	0,200	-	-	
Cp2	0,171	0,137	0,613	0,124	0,520	0,100	0,142	-0,244	0,161	0,080	0,518
Cp4	-0,021	0,136	0,465	0,082	0,568	0,091	0,030	0,131	0,090	0,133	0,387
Cp4a	0,083	0,042	0,653	0,022	0,665	0,161	-0,014	0,049	0,596	0,163	0,224
Np1	-	-	-	-	0,103	0,560	0,073	0,033	0,180	0,248	0,064
Np2	-	-	-	-	0,572	0,079	0,078	0,137	0,746	0,154	0,140
Cp5bra	-	-	-	-	-	-	-	-	0,081	0,105	0,671
KMO=	0,736				KMO= 0,723				KMO= 0,710		
% var. explicada	=61,9				% var expl. =53,3				% var expl.. =44,7		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 2- Nomenclatura dos fatores por ano

	Brasil 2006	Brasil 2008	Brasil 2010
ator 1	<i>Protesto, discussão e associação política</i>	<i>Contato direto com representantes políticos e funcionários de governo estadual e federal</i>	<i>Contato direto com representantes políticos e funcionários de governo local</i>
ator 2	<i>Atividades de campanha</i>	<i>Discussão e associação política</i>	<i>Associativa local</i>
ator 3	<i>Contato direto com representantes políticos e funcionários de governo estadual e federal</i>	<i>Associativismo comunitário</i>	<i>Contato direto com representantes políticos e funcionários de governo estadual e federal</i>
ator 4	<i>Associativismo comunitário</i>	<i>Atividades de protesto</i>	-

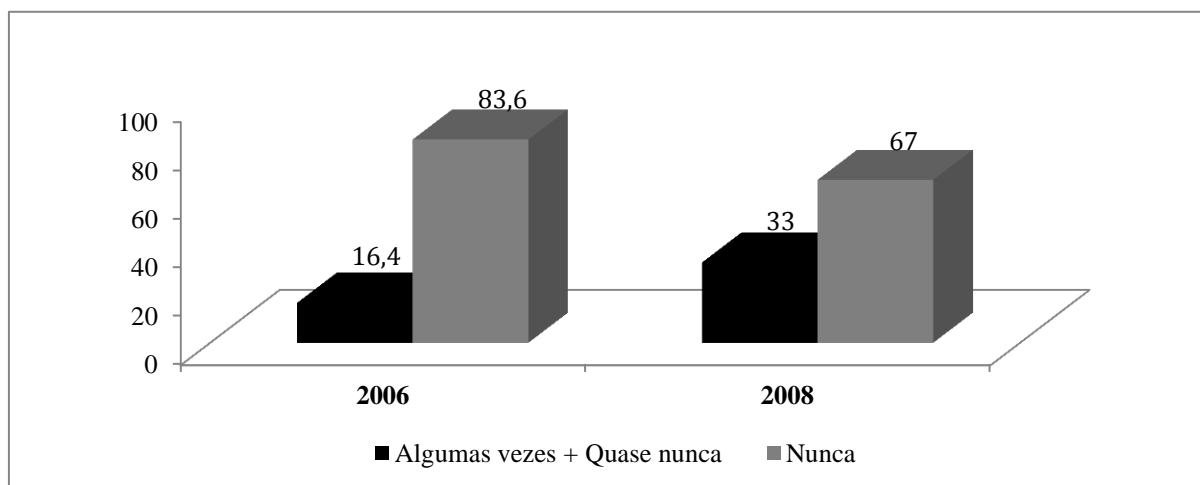
Fonte: Elaborado pelo autor.

Panorama da participação política no Brasil

A seguir são expostos dados das variáveis indicadoras de participação política no Brasil nos anos de 2006-07; 2008; e 2010. Vale o registro de que nem todas as variáveis encontram-se presentes em *surveys* dos três anos.

Em relação a atividades de protesto, observa-se grande disparidade de percentual válido entre os dois anos considerados (16,4% em 2006 e 33% em 2008). Os patamares, que não atingem sequer metade da população, poderiam ser ainda menores caso se incluíssem dentre os casos válidos o percentual dos entrevistados que declararam nunca terem participado de atividades de protesto em toda a vida (85,1% em 2006 e 81,5% em 2008). Essa variável funcionou como um filtro para a aplicação da primeira citada no parágrafo, sobre a frequência de participação em protesto dos últimos 12 meses anteriores à aplicação da pesquisa, cujos resultados estão descritos no gráfico 1.

Gráfico 1- Participação em atividades de protesto ao longo do ultimo ano (em %)



Fonte: Elaborado pelo autor.

Talvez a atividade participativa mais espontânea e menos organizada possível é a que se refere a discussão sobre política. Tem-se duas variáveis indicadoras a respeito - conversar sobre política e tentar convencer o outro

do que pensa politicamente - e em ambos os casos o patamar é muito próximo, na casa dos 20%, independente do ano de referência (tabela 3).

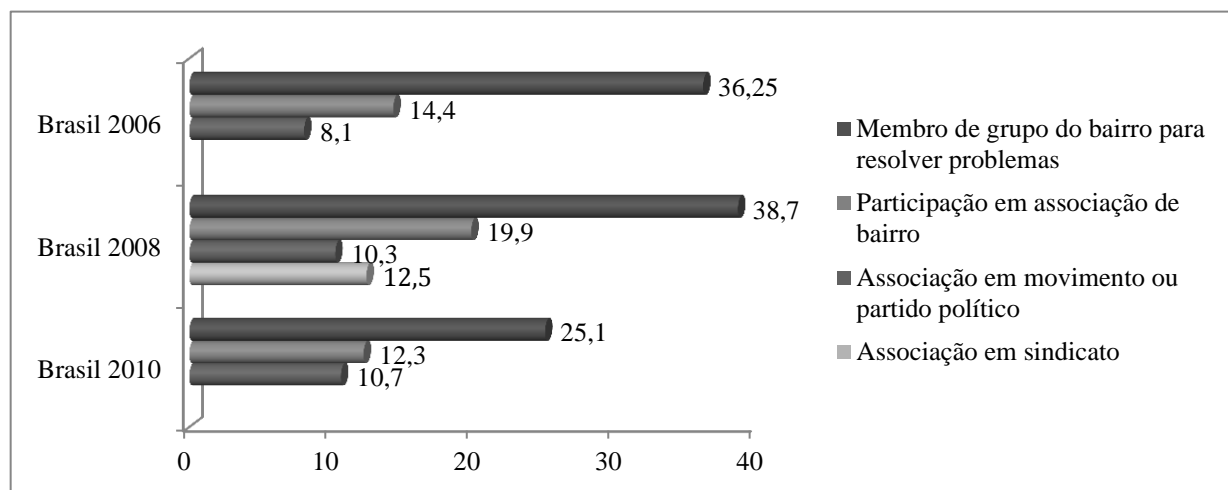
Tabela 3- Discussão sobre política (em %)

	Conversa sobre política	Tenta convencer o outro do que pensa politicamente
2006		
Sim	26,5	
Não	73,5	
Total	100	
2008		
Sim	28,8	24,4
Não	71,2	75,6
Total	100	100
2010		
Sim		22,3
Não		77,7
Total		100

Fonte: Elaborado pelo autor.

No que se refere ao associativismo (gráfico 2), as atividades participativas locais são as mais frequentemente praticadas. Em todos os anos, o percentual de participação em grupo de bairro para resolver problemas da comunidade mostrou-se superior e com substantiva diferença para os demais. Em segundo lugar, aparece a filiação a associação de bairro. A associação em instituições políticas - sindicato e partido político - figuram como as menos frequentes.

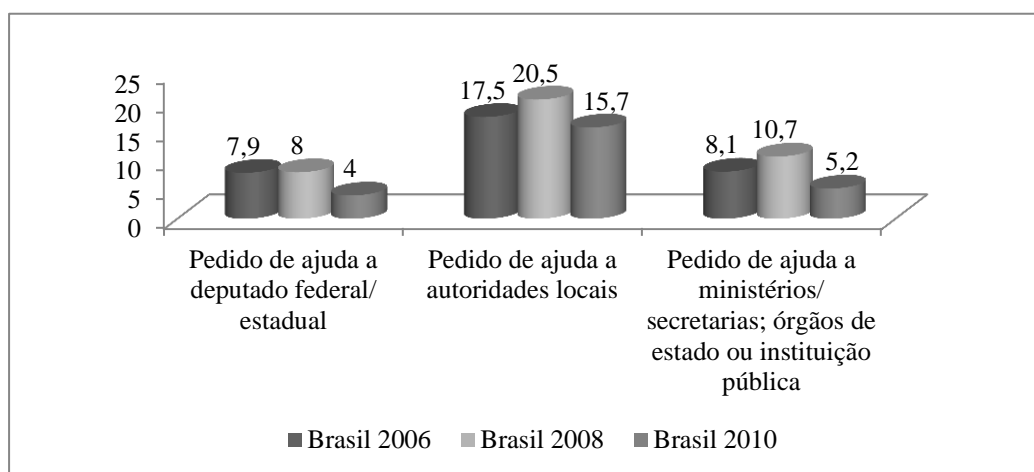
Gráfico 2- Participação em associações políticas e locais (% de respostas válidas)⁶



Fonte: Elaborado pelo autor.

Por fim, os resultados sobre as variáveis indicadoras de contato com representantes políticos e funcionários do governo. Nota-se que os percentuais sobre pedido de ajuda a autoridades locais ao longo dos três períodos considerados estão bem acima dos percentuais referentes aos dois outros tipos de contato (praticamente o dobro de indicações): pedido de ajuda a deputado federal/ estadual e pedida de ajuda a instituições e órgãos governamentais (de 5,2% a 10,7%).

Gráfico 3- Contato direto com autoridades políticas e funcionários



F

Fonte: Elaborado pelo autor.

⁶ Foram excluídas do conjunto de respostas válidas as indicações de “não sei” e “não quero responder”.

Considerações finais

A investigação, apesar de ainda prematura, é capaz de dar duas indicações importantes para compreender a participação política no Brasil:

(1) Existem lógicas distintas de participação, com distinção entre atividades de discussão e associação política, associativismo comunitário, atividades de protesto e contato com representantes políticos e funcionários de governo. Quanto ao ultimo ponto, há mais uma distinção: contato com atores locais e os de nível estadual e federal;

(2) As atividades participativas mais frequentes são aquelas dotadas de maior espontaneidade, que consomem pouco tempo e que não possui vinculação institucional - discussão sobre política -, e as que tem como abrangência o nível local, como filiação a associações de bairros, participação em grupos de bairro para resolver problemas da comunidade e contato direto com autoridades locais.

Referências

- BOOTH, John; SELIGSON, Mitchell. Political participation in Latin America: an agenda for research. *Latin America Research Review*, v. 11, nº 3, 1976.
- . *The legitimacy puzzle in Latin America: political support and democracy in eight nations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- FIALHO, Fabrício. Participação e desigualdade política: um exercício em teoria e método. *Dissertação apresentada ao Departamento de Ciência Política da UFMG*, 2008.
- HUNTINGTON, Samuel; NELSON, Joan. *No easy choice: political participation in developing countries*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1976.
- HUNTINGTON, Samuel. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.
- JOHNSON, James. Conceptual problems as obstacles to progress in political science. *Journal of Theoretical Politics*, v. 15, n. 1, p. 87-115, 2003.
- MILBRAITH, Lester. *Political participation: how and why do people get involved in politics?* Chicago: Rand McNally and Company, 1965.
- MOISÉS, José Álvaro. Democratização e cultura política de massas no Brasil. *Lua Nova*, nº 26, 1992.

- PASQUINI, G. "L'America Latina: la democrazia senza testa", Mondoperaio 102, 1990.
- REIS, Fábio Wanderley. Cidadania, mercado e sociedade civil. In: MITRE, Antonio F. (org.). *Ensaio de teoria e filosofia política em homenagem ao prof. Carlos Eduardo Baesse de Souza*. Belo Horizonte: Departamento de Ciência Política-UFMG, 1994.
- VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay; BRADY, Henry. *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1995.